Eixo 4: Profissional de apoio à inclusão escolar: experiências e práticas
Resumo expandido

Produção acadêmica nacional *strito sensu*: o profissional de apoio na educação especial inclusiva

Michele Oliveira da Costa Silva

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA - UEFS
Mestranda em Educação pela Universidade Federal da Bahia na Linha de Pesquisa Educação e Diversidade. Possui Especialização em Educação Especial pela UNINASSAU. Entre 2011 e 2016 graduou-se em Pedagogia e Serviço Social. Atuou em Instituições como Liceu (ONG), SENAI, Faculdade Área 1, NACPC, IFBA e CODESAL. Atualmente é servidora na Universidade Estadual de Feira de Santana - UEFS.
E-mail: michele.ocs@gmail.com

Resumo: O estudo teve como objetivo conhecer a produção acadêmica nacional stricto sensu sobre o profissional de apoio junto às crianças com deficiência na rede regular de ensino. Optou-se por uma abordagem qualitativa de caráter exploratório a partir da pesquisa bibliográfica. O levantamento foi realizado no banco de teses e dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES mediante a inserção dos descritores: profissional de apoio, cuidador educacional, cuidador escolar, acompanhante especializado, monitor educação especial, monitor educação inclusiva, mediador escolar e estagiário inclusão. Os resultados apontaram 23 produções realizadas no período de 2011 a 2021, considerando como critério de seleção, os trabalhos que tinham no título: profissional de apoio ou que no resumo referiam-se a sua atuação em sala de aula. Os estudos buscaram caracterizar o perfil, as atribuições e sinalizar para a criação de parâmetros mais claros para a contratação desse profissional.

Palavras-chave: Profissional de apoio, Cuidador educacional, Educação Especial Inclusiva.

INTRODUÇÃO

O profissional de apoio atua junto às pessoas com deficiência na escola regular. Este profissional assume diferentes denominações no contexto escolar, tais como: cuidador educacional, cuidador escolar, acompanhante especializado, monitor educação especial, monitor educação inclusiva, mediador escolar entre outros. Cada município além de atribuir uma denominação para este profissional, define uma forma de contratação (estágio ou contrato temporário, por exemplo) e as atribuições deste na escola. A falta de uniformização que envolve a atuação do profissional de apoio é reflexo da ausência de documentos normativos que orientem quanto o papel deste no contexto da Educação Especial e Inclusiva.

Dentre as legislações que discorrem sobre a atuação do profissional de apoio pode-se

destacar a lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) e define no Art. 3º, inciso XIII que este profissional refere-se a: [...] "pessoa que exerce atividades de alimentação, higiene e locomoção do estudante com deficiência e atua em todas as atividades escolares nas quais se fizer necessária," [...]. (BRASIL, 2015). Já a Lei 12.764, de 27 de dezembro de 2012 (Lei Berenice Piana) que institui a Política Nacional de Proteção dos direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista prevê no art. 3º, parágrafo único, como direito deste público um acompanhante especializado quando comprovada necessidade. (BRASIL, 2012).

O interesse pelo tema partiu da experiência profissional enquanto cuidadora educacional (profissional de apoio) no Município de Camaçari/BA desde 2019 junto a crianças com deficiência matriculadas nas classes regulares. Diante do exposto, o problema de pesquisa que instiga esta investigação consiste na seguinte pergunta: Quais as principais produções acadêmicas sobre a atuação do profissional de apoio junto às crianças com deficiência na rede regular de ensino? Sendo assim, busca-se contribuir para uma compreensão sobre as principais produções que estão sendo realizadas sobre a temática, já que esta é pouco explorada pelos pesquisadores, bem como demonstrar a urgência em ampliar as investigações sobre a atuação deste profissional.

O objetivo do estudo consiste em conhecer a produção acadêmica nacional *stricto sensu* sobre o profissional de apoio junto às crianças com deficiência na rede regular de ensino. Justifica-se a elaboração desta investigação diante da presença cada vez mais frequente destes profissionais em diferentes instituições de ensino, públicas e privadas. Estes atuam nas escolas junto aos estudantes com deficiência na perspectiva de garantir condições de permanência com qualidade dos estudantes nas salas de aulas regulares. Contudo, o trabalho do profissional de apoio não possui definições precisas no aparato legislativo quanto a formação necessária, as atribuições e as formas de contratação, o que gera uma dificuldade de compreensão sobre o papel deste profissional no contexto da Educação Especial Inclusiva.

METODOLOGIA

Optou-se por uma abordagem qualitativa de caráter exploratório que segundo Gil

(2008), busca apresentar uma visão geral de um determinado fato, sendo utilizada, principalmente, quando o tema escolhido é pouco explorado. Para tanto, recorreu-se a pesquisa biobibliográfica, a partir de material já elaborado, que neste estudo considerou trabalhos inseridos no banco de dados da CAPES. O levantamento sobre o profissional de apoio na educação especial inclusiva contemplou a existência de diferentes denominações utilizadas para referir-se a este profissional. Sendo assim, definiu-se como descritores para a pesquisa: profissional de apoio, cuidador educacional, cuidador escolar, acompanhante especializado, monitor educação especial, monitor educação inclusiva, mediador escolar e estagiário inclusão. Os descritores foram inseridos no banco de dados da CAPES e os achados da pesquisa foram analisados com base na técnica de análise de conteúdo, por meio de três etapas: a pré-análise, a descrição analítica e a interpretação inferencial.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A consulta realizada no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, iniciou com a inserção dos descritores entre aspas no campo de busca, além de definir o tipo de produção como: mestrado (dissertação) e doutorado (tese) para refinamento da pesquisa. A busca a partir dos descritores: “cuidador educacional”, “monitor educação especial”, “monitor educação inclusiva” e “estagiário inclusão” não gerou resultados. Já os descritores: “profissional de apoio” localizou 9 dissertações; “cuidador escolar” uma tese e uma dissertação; acompanhante especializado identificou 5 dissertações e “mediador escolar” 7 dissertações. As produções foram realizadas no período de 2011 a 2021 e estabeleceu-se como critério de seleção os trabalhos que tinham no título profissional de apoio ou que no resumo referiam-se a atuação do profissional que realiza o acompanhamento de estudantes com deficiência em sala de aula, ou seja, no ambiente escolar, totalizando 23 produções sobre o tema. Sendo assim, foram desconsiderados para este estudo, os profissionais que atuam em ambiente hospitalar ou residencial.

As produções acadêmicas vinculam-se aos programas das áreas de Cognição e Linguagem, Direito, Diversidade e Inclusão, Educação, Educação Especial, Ensino, Psicologia e Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano. Observou-se uma concentração dos

estudos no campo da Educação, já que o profissional de apoio trabalha no ambiente escolar junto ao processo de inclusão educacional das pessoas com deficiência nas classes regulares. Notou-se ainda, o interesse da área das Ciências Sociais Aplicadas com foco na discussão sobre o direito à educação às crianças com autismo. Destacou-se também as pesquisas na área da Psicologia com foco nas políticas públicas voltadas para a atuação do profissional de apoio.

No Brasil, os estudos sobre a atuação do profissional de apoio demonstraram maior concentração na região Sudeste (44%), com destaque aos estados: Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais. A região Sul compreendeu 22% das produções nos estados: Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina. 17% dos estudos foram produzidos na região Nordeste pelos estados da Paraíba e do Rio Grande do Norte. Na região Centro-Oeste, 13% dos trabalhos foram foco de pesquisa nos estados: Brasília, Mato Grosso do Sul e Goiás. Por fim, a região Norte (4%) em Rondônia.

Para o levantamento de produções foram definidos alguns descritores para consulta nos bancos de dados, contudo outras denominações são citadas pelos autores em referência ao profissional de apoio, tais como: acompanhante especializado (3), cuidador escolar (2), Cuidador/acompanhante especializado (1), Educador social voluntário (1), mediador escolar (8), mediador escolar especializado (1), profissional de apoio (6) e profissional de apoio/monitor (1).

Nota-se que a maior parte dos estudos utilizou a denominação mediador escolar e profissional de apoio, seguida por acompanhante especializado e cuidador. Destaca-se a utilização de um termo até o momento não identificado nas produções: educador social voluntário. As diferentes denominações revelam também a dificuldade em definir o perfil e as atribuições deste profissional no contexto da escola regular junto às pessoas com deficiência.

O profissional de apoio está vinculado à política de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva e na escola regular, muitas vezes, atua como professor, cuidador, mediador do processo de inclusão que envolve escola e família, ou seja, todas as demandas relacionadas ao estudante com deficiência são atribuídas a este sujeito, que como aponta alguns estudos possui apenas o Ensino Médio e não recebe nenhuma capacitação específica. Para Martins (2011, p.108),

> [...] são os profissionais de apoio que buscam, sob condições muitas vezes adversas, desempenhar a sua função junto aos sujeitos da Educação Especial em classes regulares. São estes profissionais os responsáveis pelo apaziguamento dos conflitos e das tensões presentes nas salas de aula. São estes profissionais, desvalorizados sob vários aspectos que possibilitam, de uma forma ou de outra, a presença e até mesmo a permanência de muitos alunos sujeitos da Educação Especial que se encontram matriculados nas classes regulares, que dão sustentação à política de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva.

De modo que nos estudos de Azevedo (2015), Burchert (2018), Fonseca (2016) e Lima (2018) identificou-se que os cuidadores atuavam nas escolas com atividades de cunho pedagógico, de modo a auxiliar o professor no planejamento, execução e avaliação das atividades propostas para os estudantes com deficiência. Sobre este aspecto, Burchert (2018) analisa que há uma falta de compreensão sobre a função exercida pelo profissional de apoio, o que leva ao professor regente a atribuir ao profissional de apoio a adaptação das atividades para o estudante com deficiência. Logo, nota-se a relevância de realização de mais estudos que visem conhecer como ocorre na prática o trabalho deste profissional e auxiliem na definição de parâmetros para a sua atuação em todo território nacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O papel do profissional de apoio ganha cada vez mais destaque no cenário escolar no contexto da Educação Especial Inclusiva, pois este passou a atender a uma demanda que envolve a garantia do direito à educação das pessoas com deficiência na escola regular. Sabe-se que apesar da Constituição de 1988 garantir o direito de todos à educação, às pessoas com deficiência foram excluídas do ensino formal devido ao preconceito diante de um corpo com impedimentos e que gerou ao longo da história a segregação social.

A perspectiva da Educação Especial Inclusiva é assegurar que este público, que historicamente não teve acesso à escola regular, tenha o direito de aprender junto com outros estudantes. Entendendo que a escola inclusiva não é aquela que acolhe apenas o estudante com deficiência, e sim todos os alunos na sua diversidade com igualdade de oportunidades de acesso, permanência e conclusão dos estudos.

Diante desse contexto, o profissional de apoio passa a compor o quadro de sujeitos

que atuam na política de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva, contudo sua atuação ainda não possui definições claras nas legislações educacionais vigentes, refletindo na ausência de uma uniformidade quanto ao perfil deste profissional. A pesquisa aqui proposta evidenciou lacunas quanto ao estudo desta temática, além de indefinições sobre as atribuições, o que leva a uma atuação que se confunde com o exercício docente, já que estes realizam atividades de cunho pedagógico junto aos estudantes. Notou-se que as produções buscaram compreender como ocorre o trabalho, caracterizar o perfil e sinalizar para a importância de criação de parâmetros nacionais quanto às especificidades necessárias para atuar como cuidador educacional nas escolas regulares.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, I. F. de. **Olhares sobre o mediador escolar:** um agente social a serviço da inclusão escolar. 2015. Dissertação (Mestrado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social) - UFRJ, Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: https://silo.tips/download/imira-fonseca-de-azevedo-olhares-sobre-o-mediador-escolar-um-agente-social-a-ser. Acesso em: 13 fev. 2022.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**.Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF: Presidência da República, [2015]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm. Acesso em: 27 jul. 2022.

BRASIL. **Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012**. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Brasília, DF: Presidência da República, [2012] Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm. Acesso em: 25 de jul. 2022.

BURCHERT, A. **O profissional de apoio no processo de inclusão de aluno público-alvo da educação especial no ensino público fundamental.** 2018 Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade La Salle, Canoas, 2018. Disponível em: https://repositorio.unilasalle.edu.br/handle/11690/1131?locale=pt. Acesso em: 15 fev. 2022.

FONSECA, M. da. **Das políticas públicas de inclusão escolar à atuação do profissional de apoio/monitor.** Dissertação (Mestrado em Educação) - UFSM. Santa Maria, 2016. Disponível em: https://repositorio.ufsm.br/handle/1/12055. Acesso em: 14 fev. 2022.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999.

LIMA, L. J. C. de. **Cuidadores escolares e inclusão educacional:** uma análise das políticas públicas que regulam o trabalho do cuidador na escola. 2018. Dissertação (Mestrado em Educação) - UFPB, João Pessoa, 2018. Disponível em:

https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/13041?locale=pt_BR. Acesso em: 12 fev. 2022.

MARTINS, S. M. **O Profissional de Apoio na Rede Regular de Ensino:** a precarização do trabalho com os alunos da Educação Especial. 2011. Dissertação (Mestrado em Educação) - UFSC, Florianópolis, 2011. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/95218. Acesso em: 15 fev. 2022.